

PL propõe menor prazo para empresas sanarem problemas em produtos defeituosos

Google Imagens



Andrea Leal

O Código de Defesa do Consumidor prevê o prazo de 30 dias para que empresas sanem problemas de produtos defeituosos. Caso contrário, pela Lei, o consumidor pode exigir a troca imediata do produto, o ressarcimento do valor pago ou o abatimento proporcional do valor na aquisição de outro produto.

Preocupado com a demora para sanar problemas em produtos de primeira necessidade, o deputado federal Rodrigo Martins (PSB-PI) apresentou o Projeto de Lei nº 7.311/17, que reduz esse prazo para sete dias úteis. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Rodrigo coloca esse prazo em sua proposta para problemas em fogões, refrigeradores e aparelhos de telefonia celular. O PL aguarda designação da Mesa Diretora da

Câmara para definir em quais comissões irá tramitar.

“O prazo atual para estes produtos de extrema necessidade é muito extenso e prejudicial aos consumidores. Além disso, as assistências terceirizadas se amparam na legislação vigente para não resolverem o vício em prazo menor”, justificou Rodrigo.

O parlamentar acrescenta ainda que a previsão de prazo extenso protege, pela via legal, essa prática lesiva utilizada pelas assistências técnicas. “A verdade é que o longo prazo lesa ainda mais o consumidor e ainda torna o conserto moroso e ineficiente”, criticou o socialista.

A proposta prevê também que, em caso de reincidência do defeito no produto, o consumidor pode pedir de imediato a troca ou o ressarcimento

do valor pago. “É importante incluir este item, uma vez que a falta de previsão sobre a repetição dos defeitos permite ao fabricante corrigir falhas por meio de soluções precárias e insuficientes, sem que enseje a troca do produto ou devolução do dinheiro”, finalizou.



Socialista é presidente da Defesa do Consumidor

Assistência

Cruza Pereira defende direitos de idosos e pessoas com deficiência

2

Comissões

Socialistas assumem segunda vice-presidência de colegiados na Câmara

3

Entrevista da Semana

Tereza fala do impacto da cobrança do Funrural para o agronegócio brasileiro

4

Assistência

Creuza defende manutenção de direitos previdenciários a idosos

Mariana Fernandes

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) aprovou, na última semana, requerimento nº 37/2017 da deputada federal Creuza Pereira (PSB-PE). O texto pede a aprovação da Moção de Apoio à manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao idoso e às pessoas com deficiência. A manifestação também é contra a retirada de direitos previdenciários dos trabalhadores brasileiros.



Creuza: "Benefício encontra-se ameaçado"

A Constituição Federal garante à pessoa com deficiência e ao idoso, que não possuem meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, o BPC. "A subsistência da família em situação de pobreza ou extrema pobreza, e que possua integrantes idosos ou com deficiência, depende da atenção do Estado sob a forma de políticas de assistência social", explica Creuza.

Segundo a parlamentar, esse benefício encontra-se ameaçado em função da Proposta de Emenda à Constituição que prevê que os benefícios sociais sejam desvinculados do valor do salário mínimo (PEC nº 287/2016). "Com a regulamentação legal da medida, mesmo os benefícios que atualmente já são pagos deverão enquadrar-se nos novos parâmetros, numa flagrante ofensa ao direito adquirido dos beneficiários, que têm nessa fonte de renda a única garantia de sustentabilidade", explicou.

Para que continue sendo assegurado ao idoso e às pessoas com deficiência a devida atenção do Estado, no sentido de garantir a essas pessoas o acesso ao bem-estar e à possibilidade de enfrentamento das condições adversas que as impedem de ter autonomia, a socialista defende a manutenção da garantia do BPC nos termos da legislação vigente.

Ainda na CIDOSO na quarta-feira (5), foi aprovado relatório da deputada Creuza ao Projeto de Lei nº 1.386/15. A proposta prevê auxílio ao idoso nos procedimentos de embarque e desembarque em veículos do sistema de transporte coletivo.

"Concordo com essa medida para que os idosos usufruam de atendimento adequado e destaco que a presença de tais funcionários poderá ser útil, também, para auxiliar pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida", justificou.

Curtas



O deputado **Heráclito Fortes (PSB-PI)** defendeu, na quinta-feira (6), que o Governo crie uma agenda positiva para o Nordeste do Brasil. Em discurso no Plenário, ele disse que os parlamentares nordestinos precisam sensibilizar o Governo para alcançar esse objetivo. De acordo com o socialista, essa agenda começaria com a retomada imediata da construção da Ferrovia Transnordestina. As obras da ferrovia estão paralisadas há alguns anos e, diz o parlamentar, os trechos construídos de maneiras espaçadas "não levam nada a lugar nenhum".



O deputado **Danilo Forte (PSB-CE)** assumiu, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a relatoria da Proposta de Emenda à Constituição que define os tribunais de contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública. Se aprovada a admissibilidade da matéria pelo colegiado, será criada comissão especial para análise do conteúdo da proposta antes do encaminhamento à votação no Plenário da Câmara. Os tribunais de contas dos municípios surgiram na Constituição de 1946, a partir de Assembleia Nacional Constituinte que facultou às Constituições Estaduais estabelecerem as suas próprias formas de fiscalização e execução financeira dos poderes e órgãos estaduais e municipais e aos Estados criarem órgãos de assistência aos municípios. Em 1988, a Constituição Federal impediu a criação desses tribunais, mas amparou e protegeu os já existentes.

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

Comissões

Luiz Lauro Filho é eleito segundo vice-presidente da CREDN

Moreno Nobre

O deputado Luiz Lauro Filho (PSB-SP) foi eleito, na quarta-feira (5), segundo vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN). A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) é a presidente do colegiado.

Para Luiz Lauro, que fez parte da Comissão no primeiro ano de mandato, é uma honra ocupar o cargo. “Eu tenho ligações com a questão de relações exteriores, comércio exterior e exportação, e também com a questão da defesa, pois sou militar da reserva. Tenho grande simpatia por todas as pautas dessa Comissão”, disse.

Na ocasião, o socialista lembrou o escândalo da Operação Carne



Ao assumir o cargo, Luiz Lauro Filho falou da importância econômica das relações exteriores para o País

Fraca para ressaltar a importância das relações exteriores para o País. Diante das denúncias de que frigoríficos brasileiros adulteravam as carnes em sua produção, diversos países suspenderam a importação do produto. No entanto, a relação comercial

foi reestabelecida rapidamente. “Isso demonstrou, mais uma vez, a importância das relações do Brasil com outros países, que muitos deles, de forma rápida, retomaram as importações, com a compra da nossa carne”, comentou.

Janete assume 2ª vice-presidência e forma mesa socialista na CINDRA

Moreno Nobre

Também na quarta-feira (5), a deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP) foi eleita, segunda vice-presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia (CINDRA). Ela é mais uma socialista a compor a mesa do colegiado, presidida pelo deputado Valadares Filho (PSB-SE), e que tem como primeira vice-presidente a deputada Maria Helena (PSB-RR).

Janete agradeceu a eleição e ressaltou que, em conjunto com os socialistas Valadares Filho e Maria Helena, estará sempre à disposição dos demais parlamentares para conseguir o equilíbrio necessário para o funcionamento da comissão.

Ela destacou a importância do colegiado, que atua em defesa da região Amazônica, do Nordeste e do Centro-Oeste do País. “É uma responsabilidade muito grande e



Deputada Janete Capiberibe tem entre suas bandeiras a luta pela diminuição das desigualdades regionais

me coloco à disposição para contribuir com o avanço das matérias apresentadas, que dizem respeito à realidade de cada uma dessas três regiões”, disse.

Ao parabenizar a deputada, Valadares Filho afirmou que Janete contribuirá muito com os trabalhos na Comissão devido

à experiência que tem sobre o tema. Ele também lembrou que a socialista do Amapá já presidiu o grupo.

“Tenho certeza que todos nós poderemos contar com a inteligência, atuação e com a firmeza da deputada em combater as desigualdades regionais”, declarou.

Tereza Cristina fala do impacto do Funrural para o agronegócio

Tatyana Vendramini

*O agronegócio brasileiro enfrenta, mais uma vez, situação delicada. Na última semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da contribuição social do empregador rural pessoa física ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). O pagamento estava suspenso desde 2011, quando uma liminar determinou o não recolhimento do tributo. Representantes do setor afirmam que a decisão do STF, com o pagamento retroativo do Funrural, deve impor dívida elevadíssima a produtores. Em entrevista ao **PSB na Câmara**, a líder da bancada socialista, deputada Tereza Cristina (MS), fala do impacto da medida para o setor e para a economia brasileira. Ela trata ainda do trabalho do Congresso na busca de solução que diminua as implicações que a medida pode gerar. Tereza é vice-presidente da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA). Em sua trajetória política e profissional, sempre esteve ligada ao setor.*

Deputada, como a senhora avalia a decisão do STF que considerou constitucional a cobrança do Funrural?

A decisão do Supremo vai na direção oposta do que o setor do agronegócio julgava ser o encaminhamento dessa matéria. O que aconteceu foi que algumas entidades de classe, produtores, associações e sindicatos rurais entraram com liminares suspendendo esse pagamento e fazendo depósitos judiciais. Então, tivemos produtores que, desde então, passaram a vender e depositar judicialmente o Funrural. Mas outros, venderam e não recolheram, com base na liminar. É um problema grande e isso acontece em um momento



desse, que acabamos de passar pela Operação Carne Fraca, que já fragilizou muito uma parcela do setor, criando dificuldades para o mercado interno e para as exportações. Agora vem uma outra medida que, de novo, leva o produtor a um sentimento de que está só apanhando. A Frente Parlamentar da Agricultura está analisando todas as possibilidades nos campos jurídicos e políticos para que o setor seja o menos afetado possível. Vamos buscar alternativas e encontrar o melhor caminho. E, principalmente, precisamos saber como será feito daqui para a frente, no momento em que também discutimos a reforma da previdência.

Em relação à cobrança retroativa, de que maneira ela pode afetar a capacidade produtiva do País?

Será uma catástrofe. Pequenas empresas, frigoríficas, cerealistas que não recolheram, terão que depositar isso imediatamente para o Governo. Podemos imaginar o volume que se movimentou na comercialização de grãos e de carne, por exemplo. Estamos levantando esses números junto ao Ministério da Fazenda para ver o tamanho da dívida. Temos que ter isso nas mãos para procurarmos o Governo e mostrarmos o tamanho

do prejuízo, caso esse voto fique como está.

Se a decisão do Supremo for mantida, com o pagamento retroativo, isso pode levar a um elevado nível de inadimplência no setor?

Com certeza. Isso é um dos grandes problemas. Se não houver um recuo por parte do Ministério da Fazenda, os produtores que não começaram a pagar ou que entram em um parcelamento correm o risco de irem para a dívida ativa, o que compromete o financiamento para a próxima safra. Então, vamos ter um número grande de produtores, eu imagino, inviabilizados porque não terão acesso ao crédito para desenvolver os seus negócios.

Qual o papel do Congresso, especialmente da Câmara, na negociação dessas dívidas retroativas?

Essa Casa tem muito a contribuir. Vamos ter que encontrar as alternativas legislativas possíveis e discutir a questão com representantes do Governo, como os ministros da Agricultura e da Fazenda. Vamos trabalhar na busca por saída que seja saudável e justa, para que o setor possa pagar e contribuir com a previdência, mas também contribuir para os trabalhadores que estão no agronegócio.